CARLOS FORTUNA
ROGERIO PROENÇA LEITE (Orgs.)

Plural de Cidade:
Novos Léxicos Urbanos

ALMEDINA
ces

PLURAL DE CIDADE:
NOVOS LÉXICOS URBANOS

ORGANIZADORES
CARLOS FORTUNA
ROGERIO PROENÇA LEITE

EDITOR
EDIÇÕES ALMEDINA. SA
Av. Fernão Magalhães, nº 584, 5º Andar
3000-174 Coimbra
Tel.: 239 851 904
Fax: 239 851 901
www.almedina.net
editora@almedina.net

PRÉ-IMPRESSÃO | IMPRESSÃO | ACABAMENTO
G.C. GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.
Palheira – Assafarge
3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Setembro, 2009

DEPÓSITO LEGAL
297901/09

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação
são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer
processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita
e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Plural de cidade : léxicos e culturas urba-
nas / org. Carlos Fortuna, Rogério Proença
Leite. - (CES)
ISBN 978-972-40-3924-4

I – FORTUNA, Carlos
II – LEITE, Rogério Proença

CDU 316
711

SUMÁRIO

Apresentação 7

SECÇÃO I – **Artes de fazer a cidade** 9

1. Patrimônio cultural e cidade 11
Antonio A. Arantes

2. Enobrecimento urbano 25
Silvana Rubino

3. Requalificação urbana 41
Paulo Peixoto

4. A cidade no diálogo entre disciplinas 53
Heitor Frúgoli Jr.

5. Culturas populares na cidade 69
Sérgio Ivan Gil Braga

6. Cidade e urbanidade 83
Carlos Fortuna

SECÇÃO II – **Artes de usar a cidade** 99

7. Etnografia urbana 101
José Guilherme Cantor Magnani

8. Segregações urbanas 115
Lucia Maria Machado Bógus

9. Espaços e vazios urbanos 127
Cristina Meneguello

10. Sonoridades e cidade 139
Luciana Mendonça

11. Usos da rua 151
Fraya Frehse

12. Políticas culturais urbanas 171
João Teixeira Lopes

13. Espaços públicos na pós-modernidade 187
Rogerio Proença Leite

SECÇÃO III – **Artes de consumir a cidade** 205

14. Narrativa de Lisboa 207
Irlys Barreira

15. Economia do Património 225
Eva Vicente

16. Turismo e cidade 245
Clarissa M. R. Gagliardi

17. Ambiente, sustentabilidade e cidade 265
Maria Eugénia Rodrigues

18. Cidades e migrações 283
Ulisses Neves Rafael

19. Consumo cultural na cidade 299
Ana Rosas Mantecón

20. Intermediários culturais e cidade 319
Claudino Ferreira

Sobre os autores 337

6. CIDADE E URBANIDADE

Carlos Fortuna

Introdução: O "fim" anunciado da cidade

Estamos a viver tempos de ameaças e riscos constantes, em que (des)crever o mundo é um exercício complexo. Não dispomos dos referentes robustos, políticos, culturais, ideológicos que ordenavam a análise e a interpretação do mundo de há décadas atrás. 1989, o ano da queda do Muro de Berlim, é desse ponto de vista um marco importantíssimo pois, com ele, colapsaram também muitas das convicções políticas e ideológicas que sustentavam corajosas descrições do mundo, ao mesmo tempo que se disseminaram as raízes do neoliberalismo que naturaliza e fragiliza a discussão política e académica.

Uma das dimensões que nos detêm hoje é a da condição política e social das cidades que parece, como de resto tudo à sua volta, estar a sofrer alterações tremendas. Com efeito, são diversas as circunstâncias que nos permitem interrogar a cidade do nosso horizonte futuro.

Estamos a viver um paradoxo iniludível, que pode ser enunciado na seguinte equação:

(i) de um lado, o facto de a humanidade se ter tornado pela primeira vez maioritariamente urbana, com cerca de 72.2% de europeus e de 78.3% de latino-americanos concentrados em cidades em 2007 (UN, 2008). A estes números, correspondiam, em 2005, 55% e 84,2% de urbanos em Portugal e no Brasil, respectivamente. Acrescente-se ainda que, segundo as estimativas disponíveis para a população mundial, continuaremos a registar um contínuo e impressionante crescimento, ao ponto de se poderem alcançar 6.4 biliões em 2050 (duplicando-se os 3.3 biliões de 2007), enquanto a população urbana no seu todo poderá superar, nesse meio de século, o volume total da população mundial registado em 2004 (*idem*);

(ii) de outro lado, e em contraste com esta previsível evolução demográfica, nas últimas décadas do século XX, foram-se avolumando as visões que propalavam o esgotamento e mesmo o "fim da cidade"; seja por via ambiental e do esgotamento de recursos renováveis, seja por incúria humana e ingovernabilidade política das (mega)cidades, seja ainda, em resultado do contínuo aprofundamento das desigualdades

> e da deslizante perda da qualidade de vida urbana, o futuro das cidades constitui uma das maiores incógnitas da humanidade no seu todo (Hall e Pfeiffer, 2000; Navia e Zimmerman, 2004).

O primeiro termo do paradoxo que nos rodeia alimenta a dúvida acerca da nossa capacidade, agora que "somos todos urbanos" e de posse de um património de conhecimento político, técnico e científico sem precedentes acerca da cidade e do fenómeno urbano, de construir a cidade que idealizamos ou que sonhamos: democrática e inclusiva, criativa e bela, inteligível e justa. Trata-se de uma dúvida que não pode ser resolvida no plano técnico e que, portanto, na esteira de eloquentes reflexões, como as David Harvey (2005), Susan Fainstein (1999) ou Leonie Sandercock (1998) só pode ser equacionada no plano da democracia política global e de um renovado utopismo.

O segundo termo do nosso paradoxo – o que anuncia o esgotamento da cidade ou o seu "fim" – constitui uma visão excessiva e adulterada daquilo que se está efectivamente a passar no mundo urbano contemporâneo. O que está a desaparecer realmente não é a cidade em si mas um determinado modelo histórico de cidade. Com efeito, presos aos cânones do nosso conhecimento e da nossa experiência, continuamos a designar "cidade" – mesmo quando a linguagem não corresponde mais à realidade urbana vivida – a modalidades novas, por vezes sem precedentes, de expansão e reinvenção do urbano. Novas e sempre mais complexas expressões de metrópole, diversas e recriadas tipologias de bairro, de condomínios privados ou de cidadelas pós-modernas, surgimento de *edge cities* e de "cidades dormitório" e "periferias residenciais", *banlieus*, favelas, *slums*, etc. estilhaçam o relativamente homogéneo léxico teórico e de análise da cidade no mundo ocidental. Essas formas novas de cidade revelam ainda reconfigurações urbanas que não se compaginam com a morfologia, a arquitectura ou o sentido político e social típico-ideal da cidade da antiguidade, da era medieval, ou da era industrial, em torno da qual se construiu e desenvolveu aquele léxico.

Mas não são apenas as formas urbanas que estão a mudar e nos podem dar a sensação de que a cidade está a atingir o seu fim. São também e sobretudo as expressões culturais que a cidade comporta e que, muitas delas, não encontram ainda conversão solidamente comprovada nos quadros teórico-analíticos correntes.

Várias destas visões contraditórias (umas catastrofistas, outras optimistas) têm origem no discurso intelectual anti-urbano dos séculos XVIII e XIX que, basicamente, contrapõe a representação de cidade "perigosa" à represen-

tação de cidade "laboriosa" (White e White, 1962; Bernié-Boissard, 2008). Esta tradição anti-cidade, na sua longa história, atravessa o judaísmo, o protestantismo e o marxismo e actualiza o mito de Babilónia (com origem em Babel), como imagem-signo de barbárie civilizacional urbana. Tal mito prolonga-se no tempo e chega mesmo à Escola de Chicago que, apesar do impulso dado aos estudos sociológicos sobre a cidade, a considera como o território por excelência de uma nova experiência social de grupos como a família, ou modos de organização social como a "comunidade", que, uma vez urbanizados, enfrentam dinâmicas sociais desagregadoras que ameaçam a sua estrutura e os fazem correr riscos de desaparecimento (Park, 1992; Sennett, 1970, 1985. Ver também Frúgoli Jr. nesta colectânea).

De outro lado, a nossa convicção urbana inclui também o inverso de Babel: o mito da cidade por excelência – Atenas –, a *polis* grega, berço da civilização, da ordem urbana, dos direitos públicos, mas também da ética, das artes e da estética. Certamente romantizada, a imagem de harmonia que usualmente se reproduz à semelhança da mitificada urbanidade de Atenas tem o efeito instrumental de permitir equacionar a desorganização, o caos, a insegurança e, por fim também, a possibilidade histórica de uma *outra* cidade por construir.

Esta lógica dicotomizada de pensar a cidade impede-nos de a escrutinar com rigor. Reside aí uma das principais razões porque temos dificuldade em retratar a cidade na sua globalidade, de a pensar e de imaginar de modo criativo em resultado desta dualidade intrínseca ao nosso pensamento sobre a cidade, a esta luta de titãs entre poderosas imagens-signo que dilaceram dicotomicamente o nosso imaginário urbano e que, por isso, alguns anunciam apressadamente o seu colapso.[1]

Teoria palimpsesto da cidade

É claro que para uma visão global da cidade de hoje, temos de reflectir sobre uma indispensável reforma epistémica dos nossos instrumentos analíticos e conceptuais (Indovina, 2000; Paquot, 2000, 2006). Parte essencial da necessária renovação epistémica da teoria sobre a cidade pode ser assinalada pelo movimento de afastamento gradual e de não-coincidência entre o território urbanizado da cidade e o modo como se estruturam as práticas, mentalida-

[1] Uma outra dificuldade em pensar globalmente a cidade de hoje resulta da hegemonia da pensamento ocidental que, por arrogância epistémica, distorce ou elimina a reflexão sobre as cidades do "Sul global", ao sujeitá-las a um quadro interpretativo exclusivista (Stren e Bell, 1995; Çelik, 2000; Robinson, 2006; Fortuna, 2007; Huyssen, 2008).

des e relações sociais que ali se desenrolam. Estas práticas, mentalidades e relações sociais, constitutivas do que se pode designar por cultura urbana, não se restringem, nem são imediatamente sobreponíveis aos espaços físicos delimitados da cidade edificada. A cultura urbana e a sua influência propaga-se muito para além das espacialidades da cidade, como L. Wirth argumentou há 80 anos atrás (Wirth, [1938] 1997). Esta não-coincidência, pode dizer-se, é a mais clara demonstração da contínua "re-invenção do urbano". Teórica e metodologicamente, a gradual afirmação do urbano foi alcançada através da demarcação da cidade face a construções socioculturais que são tratadas como seus opostos (a cidade contra o campo, ou o urbano contra o rural, ou a metrópole contra a pequena cidade/comunidade) (Fortuna, 1997). Consumada historicamente a hegemonia da cultura urbana-metropolitana e marginalizada a lógica cultural da sociedade (pré)industrial, pode dizer-se que, grosso modo, a noção de cidade se restringiu à espacialidade física do edificado, ao contrário do que sucederia com a cultura urbana que não deixou nunca de se propagar para além dos limites físicos da cidade, quebrando a lógica da correspondência entre ambas.

O próprio conceito moderno de "urbano" ganhou novos sentidos em resultado da transformação da natureza da cidade industrial com origem nas lutas sociais e operário-sindicais em torno do "direito à cidade" (Lefebvre, 2009). Esta transbordante "re-invenção do urbano" converteu o *direito à cidade* numa expressão política mais abrangente de direito à vida e à cultura urbana, incluindo também o direito à equidade e à diferença, numa cidade tendencialmente homogeneizadora (*idem*). O *direito à cidade* não é mais apenas o direito a aceder e a instalar-se nela, mas a garantia de poder usufruir dos equipamentos, serviços e direitos que a cidade oferece, designadamente a condição de cidadania política e cultural.

Deste modo não deixa de ser problemático verificar que a cidade continue a ser interpretada de acordo com muitas formulações teóricas iniciais de autores como Simmel, Wirth, Park e outros "clássicos" e se destaquem referências a categorias analíticas como o anonimato, "atitude blasé", a questão da dimensão, densidade relacional, heterogeneidade dos lugares, por exemplo, que constituíram a base do património teórico e conceptual dos primórdios do pensamento sobre a cidade e a metrópole modernas. Esta *resistência* da teoria só assinalável porquanto a realidade urbana se mostra historicamente relapsa, isto é, nunca inteiramente compaginável ao cânone teórico e, ao invés, geradora de contínuas reformulações e adaptações analíticas e discursivas, revela uma teoria do fenómeno urbano que se lê como um palimpsesto.

Esta *teoria palimpsesto da cidade* é, em alguns casos, impulsionada por processos de renovação dinâmica da *memória* teórica de autores e de proposições desenvolvidas em contextos interpretativos de cidades e metrópoles de grande densidade histórica, exemplares da modernidade europeia. Em outros casos, o *palimpsesto teórico da cidade* resulta da inovação trazida pelas experiências contemporâneas de renovação urbana registada não só no velho Continente, mas também na América do Norte e, muito particularmente nas cidades e metrópoles *normais* da Ásia, de África ou da América do Sul. Sem nunca eliminar pressupostos anteriores, estas experiências trazem à superfície novas *camadas* teóricas que recobrem e actualizam a construção teórica sobre a cidade. Assim tornou-se frequente, por exemplo, depararmo-nos com um "Simmel pós-modernizado" (Weinstein e Weinstein, 1993) que nos obriga a reler *A Metrópole e a Vida do Espírito*, ou a discutirmos a vertigem adjectivante de novas escolas de pensamento urbano (Beauregard, 2003) que nos faz recuar à *Escola de Chicago*. Do igual modo, não nos surpreende que a reflexão sobre a cidade e o urbanismo pós-coloniais (Bishop, Phillips e Yeo, 2003), nos traga de volta o pensamento original de Anthony D. King, ou que a discussão sobre as cidades "ordinárias" do Sul, isto é, a normalidade urbana dos países pobres e em desenvolvimento (Amin e Graham, 1997; Robinson, 2004) faça ressoar a curta presença das metrópoles latino-americanas na *questão urbana* da década de 1970.

A cidade do sensível

Uma das mais recentes *camadas* da construção teórica da cidade diz respeito à mobilização de instrumentos de análise do lado sensível do urbano e da vida pública. Um dos percursores desta cidade sensível é Henri Lefebvre que propõe uma reinterpretação da cidade através da heurística da rua e dos ritmos da vida quotidiana (Lefebvre, 1992).[2] Nos seus *Elementos de Ritmanálise*, Lefebvre mostra-se convencido que a cidade contém muito mais do que somos capazes de ver nela e revela-se também no que assegura uma relação de familiaridade ou estranheza dos sujeitos com o lugar. A proposta de "ritmanálise" constitui um método particular de percepção da cidade que tanto permite escutá-la

[2] Veja-se a este propósito a estimulante problematização que Fraya Frehse oferece dos *usos da rua* neste volume. Sobre as sonoridades urbanas, pode consultar-se Luciana Mendonça (neste volume), e ainda Fortuna (1999).

como um todo, como autoriza uma leitura confinada a territórios específicos – um mercado, ou uma praça, por exemplo – e captar o seu pulsar natural.

Esta "música da cidade", na linguagem de Lefebvre, mobiliza as várias expressões sensíveis da vida pública e confere sentido à variedade de sons, cores e odores, de ritmos e cadências quotidianas de pessoas e grupos em ruas singulares, apinhadas e buliçosas umas, desertas e silenciadas outras, umas com histórias e memórias densas, outras sem elas (*idem*).

Estes ingredientes sensíveis, que dizem respeito à relação do corpo com a cidade, ressoam a metáfora da *dança urbana* com que Jane Jacobs descreve o intricado movimento da rua na baixa nova-iorquina que, não sendo arte, todavia parece, e "pode ser associado a um complexo ballet em que dançarinos individuais e em grupo, com os seus diferentes desempenhos... compõem um todo articulado" (Jacobs, 2000: 60-61). Se não são arte, estes movimentos e ritmos são expressões da vida e da cultura urbana da cidade que é feita de confrontos e disputas, incluindo díspares percepções e modos de apropriação dos espaços, que assinalam a variedade das relações de sociabilidade urbana (Frúgoli Jr., 2007) e podem ser ilustradas pela "guerra dos lugares" (Arantes, 2001), ou pelos diversos "contra-usos" feitos no quotidiano da cidade (Leite, 2004).

Esta reorientação teórica ilustra como se alteraram os eixos analíticos da questão urbana. Os estudos urbanos da era do desenvolvimento urbano-industrial, por exemplo, tipificados pela influente Escola de Chicago e a sua preocupação com a ecologia humana e os instrumentos de crescimento urbano – zonamento funcional e círculos concêntricos – recolhem cada vez menos adeptos entre os principais centros de produção teórica. Esta retracção não se deve apenas à alteração dos padrões de residência e de crescimento da cidade – tipificado pela "deslocação" do modelo de crescimento de Chicago para Los Angeles – organizado a partir das periferias, isto é, de fora para dentro, ao invés do que sempre projectaram os estudiosos de Chicago com o seu modelo de expansão radial concêntrica (Dear, 2000, 2001). Mais que pela reorientação pós-modernista, a retracção do modelo deve-se à falência da visão linear dos *chicagoans* que, na sua arrogante defesa da universalidade das suas premissas, ignoram as formas a-típicas de cidade e de urbanização, como as que ocorrem hoje na generalidade das geografias urbanas subalternizadas de países pobres ou em "vias de desenvolvimento" (Fortuna, 2007), que são, na verdade, aquelas por que se pauta a maior complexidade do fenómeno urbano das próximas décadas.

Além disso, os modernos estudos urbanos da actual fase pós-industrial buscam novos referentes e novos conceitos, deixando-se conduzir pelas dimensões não-materiais e simbólico-culturais da cidade.[3]

A "ritmanálise" permite distinguir entre o que é cíclico e repetitivo, entre o movimento e o fluxo, entre o que é linear ou singular/único no quotidiano das pessoas na cidade, e entender como uns e outros se entrelaçam. O trajecto casa-trabalho-casa, sendo cíclico e repetitivo (quase mecânico), pode ser singular e diferenciado a cada dia, em função do modo como organizamos os nossos ritmos: com quem nos encontramos, que lugares frequentamos, que experiências sensoriais experimentamos, onde decidimos "parar" e fazer um "intervalo" nesse trajecto.

Quer dizer, os ritmos da cidade têm formas, espessuras e cadências diferenciadas. E têm, ou podem ter, também intervalos e interrupções. Há ritmos que se sobrepõem a outros, há aumentos e diminuição dos ritmos da cidade, ao longo do dia, ao longo do ano e em função dos diferentes lugares da cidade. A cidade é tão poli-rítmica, como pode ser a-rítmica. Creio por isso que podemos admitir uma reflexão sobre a *intermitência urbana*, como hipótese de registo do movimento na cidade, que em diversas situações permite usos diversos e significados díspares dos espaços urbanos. Assim, por exemplo, o vazio urbano instaura um ritmo desigual da urbanização que favorece usos e sentidos inesperados dentro da cidade, bem ao estilo das heterotopias de Foucault (1986). Em vez de significarem "morte" da cidade, estes vazios urbanos são sinais de dinâmica social – como assinala Cristina Meneguello nesta colectânea –, permitindo que identifiquemos um "intervalo" de vida de espaços com usos só temporariamente urbanos, que todavia enriquecem e imprimem variedade à paisagem.

Tal como a oposição à velocidade, também a existência de *espaços temporariamente urbanos* pode ser vista como dimensão cultural nova para a vida urbana. Num recente livrinho acerca dos usos temporários da cidade, defende-se que na cultura da velocidade e do movimento contínuo, o princípio da propriedade privada exprime um paradoxo elementar que opõe, de um lado, as

---

[3] Há contributos notáveis que devemos recuperar e ampliar nesta linha de raciocínio. Para ilustrar apenas um caso com amplas interferências com o nosso trabalho de estudos urbanos no espaço Brasil-Portugal assinalo os textos de Adrián Gorelik (2005) sobre as oscilações de sentido da cidade América do Sul, uma categoria que ele desconstrói justamente à luz do que são as modulações políticas e as correntes e escolas de pensamento dominantes no decurso da segunda metade do século XX na América do Sul.

necessidades de desenvolvimento para satisfazer os residentes e, do outro lado, o sentido estático da propriedade fundiária que representa o lado inerte e indolente da cidade veloz (Haydn e Temel, 2006:14).

A noção de espaço urbano temporário foi, por muito tempo, estranha a arquitectos e urbanistas para quem, como regra, o planeamento da cidade é concebido para o longo prazo e não para as mudanças repentinas. Inerente a esta noção de espaço temporário urbano está um potencial de uso tanto para urbanistas como para os grupos de residentes e usuários da cidade que nada têm a ver com a definição de estratégias de planeamento ou estratégias económicas de grande escala.[4]

Os usos e os espaços urbanos temporários de que estou a falar são planeados desde o seu início como *impermanentes*, mas a sua temporalidade, ao contrário do que poderá sugerir o significado literal, não se refere à duração do seu uso ou instalação. Os usos dos *espaços temporariamente urbanos* da cidade são os que *retiram* a sua qualidade e a sua significação dessa sua temporalidade. É por serem temporários e estarem previstos como tal que eles têm importância e estabelecem relação com modos e funcionalidades diferenciadas da cidade. E nisso diferem dos usos duradouros dos espaços *permanentes*. Encontramo-nos aqui perante a exploração de uma interrupção ou uma descontinuidade da cidade que começa a atrair activistas em várias partes do mundo. No caso de acções relacionadas com a residência temporária, a linguagem – "ocupas" – que assinala os agentes envolvidos nessas práticas é muitas vezes estigmatizante, mas tende a ser "naturalizada" e descarregada da sua negatividade à medida que a "criação" de *espaços temporariamente urbanos* tende a ser concertada com os poderes públicos e os proprietários.

A "paragem" do ritmo urbano que os *espaços temporariamente urbanos* sugerem, à semelhança dos vazios urbanos encontram-se intimamente relacionados com o efeito da velocidade no quotidiano urbano. A velocidade, justificada tanto pelo calvinismo ("tempo é dinheiro") como pelo futurismo (o elogio da "beleza da rapidez"), produz uma cidade em contínuo movimento.

---

[4] Todavia não se podem entender como expressões políticas alternativas do modo de estar e apropriar a cidade. O sistema de mercado convive bem com esta ideia de mobilidade e transitoriedade. Não é verdade que lojas, supermercados ou empresas de serviços e outras se *deslocalizam* após terem retirado benefícios directos da sua implantação num dado local e beneficiado de políticas de investimento, fiscais ou outras que beneficiam o seu funcionamento? O uso por tempo limitado é, com efeito, um dos princípios clássicos da economia capitalista.

Uma cidade sem intervalos, alucinante, que consome os residentes, vistos como estando sempre em movimento em direcção a um qualquer destino. A cidade vê-se convertida numa *passagem rápida* (o movimento e o cidadão motorizado) em vez da *paragem* e da *lentidão*, que, ao invés daquela, permitem o usufruto dos lugares, a interacção no espaço social, reflexão sobre a urbanidade. Parar por um instante num tempo contínuo e veloz é uma possibilidade contra-hegemónica de acção urbana, no sentido do "homem lento" a que Milton Santos dedicou notáveis páginas de reflexão filosófica.

Como assinalam Luc Gwiazdzinski e Thédore Zeldin (2003), sujeita à velocidade é como se a cidade se dilatasse e invadisse a cada instante todos os espaços e todos os tempos do nosso quotidiano. A imaginação alternativa e humanizadora da vida urbana, poderá então contemplar a *intermitência urbana* e descontinuidade do movimento e dos espaços como um dos *novos direitos à cidade* e instituí-los na cidade das 24 horas sobre 24 horas, des-unifomizando o seu modelo organizativo (Gwiazdzinski e Zeldin, 2003).

Estamos tentados a incluir a noite nesta reflexão sobre a "qualidade" da cidade contemporânea. A noite vista como "fronteira" (Melbin, 1987) significa o cânone consagrado da representação da noite da cidade como "night life" (prazer, consumo, escape do dia, *intoxication*). Ora, o sentido alternativo da noite é a busca das outras significações sócio-políticas da cidade nocturna. Essa atitude de pesquisa requer uma inovação metodológica renovada pois que vale a pena mergulhar mais profundamente no tempo e no espaço da noite urbana e questionar os seus clichés e imagens estereotipadas. Como assegura Jaochin Schlör (1998: 9) "muitas funções e práticas da vida diurna continuam sem interrupção noite dentro, independentemente da luz ou do escuro" e para que as possamos captar é precisa uma metodologia transgressiva capaz de garantir o "acesso" à cidade nocturna e à sua dinâmica específica. O que está em causa é na verdade revelar os processos através dos quais a noite poderá estar a colonizar o dia ou algumas das suas dimensões, e, mais que isso, a colonizar a cidade e a cultura urbana no seu todo sem que o percebamos com clareza.

Múltiplas linguagens, múltiplas descrições

Desejo vir agora a um ponto final referindo que para além destas dimensões culturais novas das cidades, são muitas as dimensões sócio-psicológicas e emocionais que se encontram inseridas no discurso sobre a dimensão urbana, principalmente em consequência do que alguns autores têm vindo a chamar a viragem afectiva (*affective turn)* (Clough e Halley, 2007). O factor afectivo pos-

sibilita novas perspectivas de análise e de re-leitura da acção social e política. É como se nos deparássemos com uma nova *camada* teórica e interpretativa da cidade e nos entregássemos ao trabalho de re-escrita do discurso sobre a realidade cultural urbana, revisitando os fundamentos da desigualdade urbana, ou desmistificando os falsos fundamentos da injustiça e dos ordenamentos de exclusão social. Embora o discurso social possa ser re-escrito e passe a revelar outras desigualdades ou outras injustiças, desmistificar hierarquias, re-escrever o discurso e revelar novos léxicos, enquanto exercício de desconstrução, não significa necessariamente reconstruir a estrutura em que aquelas desigualdades e injustiças se baseiam, nem afastar o cânone dominante já que esse está solidamente ancorado num sistema de poder que é tanto político como académico.[5]

Mas tal não nos deve impedir de tentar dar conta do modo como velhas realidades, como a cidade, se vêem descritas sob novas linguagens e expressões culturais. A cidade foi sempre designada sob diversos nomes. Não eram apenas tentativas de nomear a fenomenologia urbana, mas também de oferecer uma descrição apurada da organização da cidade. Por exemplo, ao longo do século XIX, as designações das cidade encontravam-se presas à realidade material que caracterizava a actividade produtiva dominante da cidade. Assim a cidade-industrial, era nuns casos a cidade-fábrica, noutros, a cidade-mineira, noutros a cidade-operária... Em geral eram atributos mais descritivos que interpretativos. Mas é assim também nos nossos dias, ou não fosse a cultura contemporânea dominante uma fervorosa adepta do mais puro descritivismo. O que nos diz realmente o léxico urbano que se vai alargando continuamente sobre a cidade sobre as condições reais de vida que nela se concretiza? O que significa enunciar uma cidade como sendo uma cidade-global? Ou uma cidade-virtual? Ou criativa? Ou uma outra difusa? Ou "soft", ou "ansiosa"? Ou pós-moderna? Ou pós-colonial? Ou, porque não, histórica?

Esta actual tendência qualificativa das cidades é um sinal claro de que não alcançamos ainda qualquer consenso razoável sobre as designações ou conceptualizações mais adequadas à cidade contemporânea que, indiferente ao

---

[5] Referindo-se a um estudo sobre as cidades dinamarquesas, Susan Fainstein afirma que "o poder determina aquilo que realmente importa enquanto conhecimento, e que alcança notoriedade como interpretação dominante. O poder procura o conhecimento que (melhor) sustenta os seus próprios desígnios, ao mesmo tempo que ignora, ou suprime mesmo, o conhecimento que não o serve..." (Fainstein, 1999: 254).

surto dos qualificativos, continua a registar profundas transformações na sua natureza.

Os limites desta estratégia encontram-se em primeiro lugar na excessiva casuística e na moda de um extremo relativismo analítico. Mas por outro lado, esta proposta resulta em desenfreada argumentação retórica hiperbólica a que se entregam muitos estudiosos, como foi demonstrado recentemente (Beauregard, 2003; Barreira, 2006). O novo estilo retórico toma uma cidade particular como objecto e expõe de seguida uma enunciação laudatória,[6] que fomenta o excepcionalismo urbano e torna as cidades incomensuráveis (Beauregard, 2003). A linguagem superlativa e o excesso de adjectivação das cidades é hoje uma marca da sociologia americana das cidades e pode ser compreendida enquanto estratégia de *city branding* e de promoção agressiva de lugares, no quadro das modernas formas de competição entre territórios (Caldwell e Freire, 2004).

Daqui resulta que a análise sociológica contemporânea da cidade corre o risco de se converter em arrogante discursividade que reconhece e legitima apenas o poder das cidades vencedoras, ou destaque os modernos espaços (pós-urbanos) de sucesso como centros comerciais, aeroportos ou parques temáticos, como é típico da literatura pós-moderna sobre a cidade e a metrópole. Em contraste com isto, as cidades em retracção, ou as que pouco crescem ou modernizam, como muitos dos lugares históricos e públicos urbanos, não atraem os exuberantes relatos dispensados aos seus virtuosos pares e acabam, assim, subalternizadas e excluídas do novo e hegemónico "paradigma" dos estudos urbanos e dos novos léxicos em construção.[7]

Apesar da muito difícil morte das cidades, esta abusiva eliminação de inúmeras cidades perdedoras – a generalidade das "cidades normais" do mundo "em desenvolvimento" – e de espaços socialmente marginalizados do âmbito da reflexão teórica constitui um manifesto obstáculo imposto à tentativa de ajuizar a natureza da actual condição urbana mundial. Por isso se mostra necessária uma profunda revisão crítica do cânone sociológico ocidental dos estudos urbanos. A tal ponto, poderia dizer-se, que a atitude crítica da

---

[6] Este discurso laudatório tanta destaca traços "positivos" (a cidade "mais dinâmica", ou "mais empreendedora", ou "mais antiga") como traços "negativos" (a cidade "menos poluída", ou "menos perigosa", ou "com menor desemprego").

[7] Chega-se mesmo ao ponto de, em alguns estudos, ser difícil aos autores reconhecerem a dimensão de cidade a grandes aglomerados urbanos (como por exemplo R. Koolhaas à capital da Nigéria – Lagos – (Robinson, 2004).

sociologia das cidades passará por revelar estas outras "cidades normais", do mesmo modo que reclama pela valorização da reflexão sobre os espaços urbanos em retracção ou subalternizados, como são as paisagens históricas-monumentais, os espaços decadentes e em ruína, os bairros, as zonas marginais e os vazios urbanos e a generalidade das paisagens (sub)urbanas do que se convencionou chamar a "não-cidade".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Ash e Stephen Graham (1997), "The ordinary city". *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22, 411-29.

ARANTES, Antonio A. (2001), "A guerra dos lugares". *In* Fortuna, Carlos (org.). *Cidade, Cultura e Globalização*. 2ª ed. Oeiras: Celta, 259-70.

BARREIRA, Irlys (2006), "A cidade que se conta: narrativas e rituais de apresentação em Lyon" *in* Miranda, Júlia *et al.* (orgs.), *Imaginários sociais em movimento: Oralidade e escrita em contextos multiculturais*. Campinas: Pontes Editora.

BEAUREGARD, Robert (2003), "City of superlatives". *City & Community*, vol. 2, n. 3, 183-99.

BERNIÉ-BOISSARD, Catherine (2008), *Des mots qui font la ville*. Paris, La Dispute.

BISHOP, Ryan; J. Phillips e W. Yeo (eds.) (2003), *Postcolonial urbanism: Southeastern Asian cities and global processes*. Londres: Routledge.

CALDWELL, Niall e João R. Freire (2004), "The differences between branding a country, a region and a city: Applying the Brand Box Model", *Journal of Brand Management*, 12, 50-61.

ÇELIK, Zeynep (2000), "Colonialism, orientalism and the canon", *in* Border, Iain e Jane Rendell (eds.), *InterSections: Architectural histories and critical theories*. Londres: Routledge, 161-9.

CLOUGH, Patricia e Jean Halley (eds.) (2007), *The affective turn: Theorizing the social*. Durham e Londres: Duke University Press.

DEAR, Michael (2000), *The postmodern urban condition*. Oxford: Blackwell.

DEAR, Michael (2001), "The irresistible rise of the L. A. School", *in idem* (ed.), *From Chicago to LA: Making sense of urban theory*. Thousand Oaks e Londres: Sage, 3-16.

FAINSTEIN, Susan (1999), "Can we make the cities we want?", *in* Beauregard, Robert e Sophie Body-Gendrot (eds.), *The urban moment: Cosmopolitan essays on the late 20th century city*.Thousand Oaks e Londres: Sage, 249-72.

FORTUNA, Carlos (1999), "Paisagens sonoras: Sonoridades e ambientes sociais urbanos", *in idem, Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras: Celta,103-17.

FORTUNA, Carlos (2007), "A Cidade como comunidade? A precária resposta da teoria sociológica urbana", *in* Tostões, Ana et al. (orgs.), *Encontro de Saberes*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 127-47.

FORTUNA, Carlos (org.) (1997), *Cidade, cultura e globalização: Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta.

FOUCAULT, Michel (1986), "Other spaces: The principles of heterotopia", *Lotus International*, 48-49, 9-17.

FRÚGOLI JR., Heitor (2007), *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GORELIK, Adrián (2005), *Das vanguardas a Brasília: Cultura urbana e arquitectura na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG.

GWIAZDZINSKI, Luc e Thédore Zeldin (2003), *La ville 24 heures sur 24: Regards croisés sur la société en continu*. Paris: Aube.

HALL, Peter e Ulrich Pfeiffer (eds.) (2000), *Urban futures 21: A global agenda for twenty-first century cities*. Londres/Nova Iorque: Spon.

HARVEY, David (2005) [2000], *Espaços de esperança*. S. Paulo: Loyola.

HAYDN, Florian e Robert Temel (2006), *Temporary urban spaces: Concepts for the use of city spaces*. Basel: Birkhäuser Verlag.

HUYSSEN, Andreas (ed.) (2008), Other *cities, other worlds. Urban imaginaries in a globalizing age*. Durham e Londres: Duke University Press.

INDOVINA, Francesco, Laura Fregolent e Michelangelo Savino (orgs.) (2006), *Nuovo lessico urbano*. Milão: FrancoAngeli.

JACOBS, Jane (2000) [1961], *The death and life of great American cities*. Londres: Pimlico.

LEFEBVRE, Henri (1992), *Éléments de rythmanalyse. Introduction à la connaissance des rythmes*. Paris: Syllepse.

LEFEBVRE, Henri (2009) [1968], *Le droit à la ville*. Paris: Economica.

LEITE, Rogerio Proença (2004), *Contra-usos da cidade*. Campinas/Aracaju: Editora da Unicamp/Editora UFS.

MELBIN, Murray (1987), *Night as frontier: Colonizing the world after dark*. Nova Iorque: The Free Press; Londres: Collier Macmillan Publishers.

NAVIA, Patricio e Marc Zimmerman (2004), *Las ciudades latinoamericanas en el nuevo (des) orden mundial*. México: Siglo Veintiuno Editores.

PAQUOT, Thierry (2006), *Terre urbaine*. Paris: La Découverte.

PAQUOT, Thierry, Michel Lussault e Sophie Body-Gedrot (orgs.) (2000), *La ville et l'urbain: L'état des savoirs*. Paris: La Découverte.

PARK, Robert (1992) [1925], "Community organization and juvenile delinquency", in Park, Robert e Ernest Burgess, *The city: Suggestions for investigation of human behaviour in the urban environment*. Chicago: Chicago University Press.

ROBINSON, Jennifer (2004), "A world of cities". *British Journal of Sociology*, vol. 55, n. 4.

ROBINSON, Jennifer (2006), *Ordinary cities: Between modernity and development*. Londres: Routledge.

SANDERCOCK, Leonie (1998), *Towards cosmopolis: Planning for multicultural cities*. Chichester, Nova Iorque: John Wiley.

SCHLÖR, Jaochin (1998), *Nights in the big city: Paris, Berlin, London, 1840-1930*. Londres: Reaktion Books.

SENNETT, Richard (1970), *The uses of disorder: Personal identity and city life*. Harmondsworth: Penguin.

SENNETT, Richard (1985), *Families against the city: Middle class homes of industrial Chicago, 1872-90*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.

STEWART, Kathleen (2007), *Ordinary affects*. Durham e Londres: Duke University Press.

STREN, Richard e Judith K. Bell (eds.) (1995), *Urban research in the developing world – Perspectives on the city*. Toronto: Centre for Urban and Community Studies.

TOPALOV, Christian (org.) (2002), *Les divisions de la ville*. Paris: UNESCO/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

UNITED NATIONS (2008), *World urbanization prospects: The 2007 revision*. Nova Iorque: UN-DESA (http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007wup.htm).

WEINSTEIN, Deena e Michael Weinstein (eds.) (1993), *Postmodern(ized) Simmel*. Londres: Routledge.

WHITE, Morton e Lucia White (1964), *The intellectual versus the city*. Nova Iorque: Mentor Books.

WIRTH, Louis (1997) [1938], "O urbanismo como modo de vida", *in* Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização: Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 45-65.